



Rede de Cidadania para uma Nova Cultura da Água
no Tejo/Tajo e seus afluentes

MANIFESTO POR UM TEJO VIVO: UM RIO PARA SER VIVIDO

Rivas - Vaciamadrid, 28-30 de Maio de 2010

A bacia do Tejo está submetida a fortes pressões e a um modelo de gestão que resultou na degradação do rio Tejo e seus afluentes. Entre os **principais problemas** destacam-se os seguintes:

- A **escassez ou ausência de caudais** ao longo de toda a bacia como resultado de um modelo de gestão que não tem em conta a necessária protecção da integridade ecológica do rio e a **ausência de um regime de caudais ambientais estabelecidos com base em estudos e critérios sólidos e fiáveis**. A falta de caudais tem várias origens:
 - 1º. O **Transvase Tejo - Segura** condiciona absolutamente a gestão da água no rio Tejo no seu troço alto - médio (desde a sua nascente até Talavera de la Reina), com o transvase de cerca de 70% das águas da sua cabeceira para a bacia do Segura. O resultado desta pressão é o desaparecimento de um caudal fluente em distintos troços do rio e o agravamento dos problemas de qualidade.
 - 2º. O **crescimento do regadio** especialmente no Médio Tejo em Espanha, pelo seu alto consumo de água e concentração em certos períodos do ano.
 - 3º. A grande **procura de água da área metropolitana de Madrid** sobre os sistemas da Comunidade de Madrid, de Guadalajara e do Alberche.
 - 4º. Os **desenvolvimentos urbanísticos descontrolados** que exercem uma grande pressão sobre pequenas bacias de grande valor ecológico (por exemplo gargantas e cabeceiras no vale do Jerte, no Tiétar, Alagón).
- A **contaminação da água** como resultado da existência de descargas descontroladas e ilegais, da falta ou insuficiência de sistemas de tratamento de esgotos, assim como da contaminação difusa derivada do excesso de fertilizantes e tratamentos das culturas. A escassez de caudais agrava significativamente os problemas de qualidade.
- A **degradação do domínio público hidráulico** com a instalação de pedreiras, a ocupação do mesmo, a desnaturalização e a destruição da vegetação ribeirinha, a caça furtiva e a falta de uma cultura de respeito e uso cívico dos nossos rios e ribeiras.
- A **escassez de informação e défice de participação pública** que vem caracterizando o processo de planeamento dirigido pela Confederação Hidrográfica do Tejo.

A **Directiva Quadro da Água (DQA)** estabelece como objectivo fundamental a protecção e a conservação da qualidade ambiental de todas as águas (rios, aquíferos, zonas húmidas, lagos e águas costeiras), com a finalidade de garantir os usos sustentáveis da água a médio e a longo prazo.

A paralisação do novo planeamento hidrológico supõe graves impactos ambientais, económicos e sociais. Na grande maioria dos rios e zonas húmidas portuguesas e espanholas ainda não foram determinados os caudais ecológicos necessários para a vida aquática e de espaços naturais associados à água.

Entretanto, os nossos rios, aquíferos, zonas húmidas e estuários encontram-se ameaçados pelas tentativas de manter a velha política hidráulica. Muitos rios estão em grave perigo com a pressão de transvases, açudes e novas barragens (ou seu acréscimo) e da contaminação. Uma multitude de aquíferos encontram-se exaustos após décadas de sobre exploração. E tudo isto para satisfazer a apetência de crescimentos urbanos insustentáveis, novos regadios ou centrais hidroeléctricas desnecessárias. As organizações e redes de todas as bacias da península estamos unidas para reclamar a imprescindível mudança para uma nova cultura na gestão dos rios, zonas húmidas e aquíferos que os preserve e proteja.

A mudança necessária no modelo de gestão do Tejo requer o planeamento de soluções viáveis para as pressões de que padece o rio. Em concreto, as associações que constituem a **Rede de Cidadania por uma Nova Cultura da Água no Tejo/Tajo e seus afluentes reivindicam que o novo plano de gestão da Região Hidrográfica do Tejo em Portugal e Espanha contemple as seguintes medidas:**

- **Estabelecimento de um regime de caudais ambientais** para os rios da bacia do Tejo com base em critérios científicos, independentes e comprováveis, e o começo do **processo de concertação** que facilite um debate plural e informado que permita alcançar os objectivos de bom estado ecológico que estabelece a DQA.
- **Erradicação da contaminação** das águas superficiais e subterrâneas, mediante a aplicação da normativa ambiental vigente; a vigilância e denúncia das descargas ilegais; a imposição e cumprimento de sanções administrativas; a adopção de soluções de tratamento adaptadas às diversas realidades e capacidades dos distintos núcleos urbanos, com o apoio da administração estatal e autonómica que permita às administrações locais estabelecer e manter sistemas de tratamento adequados; e a revisão das práticas agrícolas para reduzir a utilização de fertilizantes e produtos químicos que aumentam os níveis de contaminantes nas águas.
- **Completar e rever o processo de demarcação do Domínio Público Hídrico** com base em critérios que concedam suficiente espaço ao rio para recuperar a sua funcionalidade ecológica.
- **Recuperação e regeneração do património cultural e ambiental ligado aos rios** da bacia empreendendo acções de recuperação dos bosques e vegetação de ribeira e de

conservação e melhoria do espaço fluvial, com envolvimento das populações ribeirinhas.

- **Recusar a política de transvases**, incluindo os transvases existentes e previstos, por considerar que devem implementar-se alternativas aos transvases baseadas no uso eficiente e gestão da procura de água nas bacias receptoras, recorrendo preferencialmente a medidas não estruturais, com a finalidade de promover a substituição progressiva dos transvases por outras fontes de abastecimento.
- **Avaliar e corrigir o forte impacto do transvase nos espaços protegidos da Rede Natura que dependem da água.** Este impacto detecta-se não apenas no próprio rio Tejo (por exemplo nas ZEPA Sotos e Carrizales de Aranjuez); como também na bacia do Segura, com a introdução de espécies invasoras e onde a intensificação agrícola do Campo de Cartagena associada ao regadio com a água do transvase tem provocado uma rápida eutrofização do Mar Menor devido aos retornos contaminados, com impactos tanto na flora como na fauna como na actividade pesqueira e turística na zona.
- **Exigir a revisão do Convénio de Albufeira** para adaptá-lo às exigências da DQA. Em concreto:
 - Supressão da reserva de 1.000 hm³ para transvases do Tejo prevista no Convénio, visto que não existem esses excedentes na bacia hidrográfica do Tejo.
 - Requerer a revisão do regime de caudais definido no Convénio dentro do processo de planeamento em curso para a gestão da região hidrográfica do Tejo, o qual deverá:
 - Ser submetido a uma participação pública activa, a reforçar nos planos de gestão da região hidrográfica do Tejo, de acordo com a DQA, dado que se trata de um elemento estrutural desses planos de bacia;
- **Melhorar a informação disponível** para o público na página de internet da Administração, tanto relativa ao processo de planificação, com informação desagregada sobre a situação dos distintos sistemas de exploração e massas de água: caracterização, pressões e impactos, objectivos, medidas; como relativamente à gestão.
- **Empreender os processos de participação pública activa** relativos aos objectivos e medidas que contemplará o novo Plano de Gestão de Bacia, à margem da situação legal e política em que se encontra o processo de planeamento.

Rivas, Madrid
30 de Maio de 2010